



ESALQ

Professores e funcionários seguem em greve

Dirigentes do campus local realizaram reunião aberta para esclarecimentos, mas trabalhadores não concordaram com as explicações

Mesmo com reunião aberta para esclarecimentos sobre a paralisação das atividades na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiróz" (Esalq) chamada pelos dirigentes do Campus da USP em Piracicaba, professores e funcionários não ficaram de acordo com as explicações dadas por José Vicente Caixeta Filho, diretor da Esalq, Fernando Seixas, prefeito do Campus, e Tsai Siu Mui, diretora do

Cena, e mantém greve na unidade há mais de uma semana. "Eles querem transferir o problema da crise orçamentária da universidade para os trabalhadores e professores. Sabemos da ingenuidade deles, e queremos que reabram os canais de discussão com todas as categorias", enfatizou Ony Rodrigues de Campos, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo (Sintusp) em Piracicaba.

Também acompanham o movimento de greve a Unesp e Unicamp. "Eles estão com os mesmos problemas que nós. Hoje (ontem), fomos a sede da reitoria da Unesp cobrar a reabertura do diálogo para que possamos resolver o problema dos professores e funcionários o quanto antes, mas ainda não tivemos um retorno positivo", ressaltou Ony.

De acordo com o sindicalista, "os funcionários em

greve, lutam por uma universidade pública, gratuita e de qualidade e também estão contra a atitude do Conselho de Reitores da USP (Cruesp) de propor data base de zero por cento de reajuste salarial, quando a nossa luta é de 9,78 %, ou seja, 6,78 referente à inflação do período e mais 3 % referente às perdas salariais dos últimos anos", disparou Ony.

OUTRO LADO - Em nota, a assessoria de comu-

nicação da Esalq informou que os dirigentes do Campus da USP na cidade respeitam o estado de greve, mas cobra que seja respeitada a Lei Federal Lei Federal n.º 7.783, que dispõe sobre o exercício do direito de greve. "Destaca-se o artigo 6º em que são assegurados aos grevistas o emprego de meios pacíficos tendentes a persuadir ou aliciar os trabalhadores a aderirem à greve. No mesmo artigo, coloca-se que as mani-

festações e atos de persuasão utilizados pelos grevistas não poderão impedir o acesso ao trabalho, nem causar ameaça ou dano à propriedade ou pessoa", além disso, pede para que seja "assegurado - no mínimo - a realização dos serviços essenciais, que no caso do campus "Luiz de Queiróz", que incluem: alimentação de animais; condução de experimentos; entrada de fornecedores de bens e serviços, etc.", finalizou.